

A Constituinte

Um dia de discussões, debates e críticas.

Emendas ao projeto de regimento, composição da mesa, reclamações de constituintes que exigem debates e também a constatação de muitos de que tudo vai bem.

O plenário esvaziado e a apresentação de 93 emendas ao anteprojeto de regimento interno para a Constituição marcaram o início da segunda semana de sessões da Constituinte. O assunto que dominou o debate entre os parlamentares, no cafezinho e nos corredores da Câmara, era a indicação do líder do governo no Congresso, que ampliará seu trabalho para articular junto às bancadas na Assembléia as matérias de interesse do Executivo. Muitos, no entanto, preferiram reclamar do ritmo lento dos trabalhos da Constituinte e do pouco tempo de que dispõem para debater os grandes temas nacionais.

O presidente Ulysses Guimarães abriu a sessão exatamente às 14 horas, mas teve de suspendê-la, em seguida, porque o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) apontou a falta de número mínimo em plenário, que é de 94 constituintes. O deputado Humberto Souto (PFL-MG), a pedido de Ulysses, conferiu a olho: havia 71. Meia hora depois, ainda de acordo com as normas provisórias, a sessão pôde ser reaberta, já então com 113 em plenário. E durante as três horas de sessão esse número não variou muito.

"Vamos acabar nos transformando numa grande Câmara de Vereadores" — reclamou o líder do PDS; deputado Amaral Neto (RJ), depois de passar duas horas ontem, no plenário, ouvindo apenas discursos de "pinga-fogo", ou seja, breves comunicações, sem debates, sobre assuntos diversos, como agricultura, previdência social, seca no Nordeste e outros.

O deputado carioca e também o vice-líder de plantão do PMDB, Egídio Ferreira Lima (PE), afirmaram ter havido uma falha, pela forma como foi distribuído o tempo das sessões — faltando tempo para o debate de temas nacionais. Souto, que substituirá Ulysses na presidência da sessão, disse que, se os líderes concordassem, poderiam levar alguma sugestão para o exame da Mesa sobre a destinação de um horário para debates.

Muitos estranharam, no entanto, que o mesmo líder do PDS, Amaral Neto, voltasse a usar o seu precioso tempo de constituinte para denunciar a presidência da República abriu uma licitação para contratação de hotéis em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Dos 25 oradores que passaram pelos microfones, nas duas primeiras horas de sessão, quatro falaram sobre preços mínimos e de reclamações de agricultores; outro protestou contra a pretendida fixação de idade mínima para aposentadoria; até que Guaidal Dantas (PMDB-CE), sob aplausos do plenário, conclamou os evangélicos a uma luta comum, porque "o projeto de Deus é futurista, mas começa aqui e agora"; outros dois ou três falaram sobre racionamento de energia; outro sobre o Amapá.

Mas a "estrela" da tarde foi o deputado Cassio Cunha Lima (PMDB-PB), 23 anos, um dos mais jovens constituintes. Em um discurso de improviso, seguro, falou sobre a "angústia" dos jovens que vêem o Brasil "às portas do ano 2000 e ainda discutindo a organização jurídica do Estado". Muitos constituintes, de vários partidos, fizeram questão de abraçá-lo.

Emendas

Até o final da sessão de ontem, o relator do projeto de regimento interno definitivo, senador Fernando Henrique Cardoso, pôde identificar três pontos principais entre emendas apresentadas: a possibilidade de participação da sociedade civil, através de representações em uma comissão de audiência; a ampliação para um maior número de comissões técnicas do que as cinco previstas (alguns sugeriram até 18 comissões); e a necessidade de referendos populares à nova Constituição antes de sua promulgação. De posse das emendas, de ontem e mais as 72 apresentadas na quinta-feira, o relator se encaminhará até o final da sessão de quinta-feira; somente oito dias depois esgotará o prazo para ele apresentar o seu parecer.

Enquanto os partidos não chegam a um acordo sobre assuntos regimentais, trava-se nos gabinetes a disputa pela Mesa da Constituinte, que distribuirá entre todos os partidos 13 cargos. O senador Mauro Benevides (PMDB-CE) é o candidato do deputado Ulysses Guimarães para a vice-presidência, cargo que está sendo disputado, ainda, pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) e pelos deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Aloysio Chaves (PFL-PA). A Mesa, segundo o anteprojeto de regimento interno, deverá ser votada até o final do mês, mas alguns parlamentares insistem em ampliar o número de cargos.

Disputas à parte, o senador Mário Covas acha que a Constituinte vai "muito bem", pois a de 1946 levou 45 dias só para aprovar seu regimento, enquanto o senador Pompeu de Souza, também do PMDB crítica "o ritmo de tartaruga e o torneio de oratória". Já o deputado Hélio Costa (PMDB-MG), estreado, acha que o PT e suas questões de ordem atrapalham os trabalhos. Mas o líder do PCB, Roberto Freire, acha normal: "Isso aqui não é quartel, não tem hierarquia nem ordem unida", acetua. Lúcio Alcântara (PFL-CE), em seu segundo mandato, denuncia os que querem esvaziar a Constituinte, mas Delfim Netto, também estreado, acha que o ritmo, até agora, "não foi decepcionante, nem irritante, nem ineficiente".

Estes juristas, contra emendas parciais.

Dos três dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB — eleitos para a Assembléia Nacional, dois deles admitem negociação para reformular alguns dispositivos da atual Carta pelo Congresso Ordinário, deixando as questões polêmicas sob responsabilidade da própria Constituinte.

O ex-presidente nacional da OAB, deputado-constituinte Bernardo Cabral (PMDB-AM), afirmou que qualquer alteração na Constituição vigente deverá ser processada "no seio do Congresso Nacional, através das respectivas emendas". O parlamentar amazonense não concorda com a proposta de a Constituinte discutir e votar "resoluções constitucionais", para suprimir ou modificar dispositivos da carta em vigor.

IMPRESNSA

Quem quer espaço no rádio e na TV?

A Assembléia Nacional Constituinte começou a semana com "um grande abacaxi para descascar", comentou ontem um dos líderes partidários. E o "abacaxi" está na proposta regimental que vai regular as atividades dos constituintes, no item que determina a divulgação gratuita, nas emissoras de rádio e tevê, do trabalho dos parlamentares. A confusão é grande e motivou a ida a Brasília do presidente da Associação Brasileira das emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Joaquim Mendonça.

"Se os constituintes insistirem em requisitar espaço nas rádios e televisões, inclusive em horário nobre, vão caracterizar um ato ditatorial, com a ditadura saindo então do Poder Executivo, como antigamente, e passando para o legislativo", afirmou Joaquim Mendonça. Ele disse que a Abert está na expectativa e espera uma decisão "razoável", sendo possível que convoque uma reunião, em Brasília, de todos os responsáveis pelas emissoras de rádio e televisão.

Para Joaquim Mendonça, a imprensa já está dando o devido destaque à Constituinte, "como fato jornalístico que é, fazendo também as críticas cabíveis, dentro do espírito de liberdade democrática". Ele explicou que, se as emissoras forem obrigadas a transmitir boletins oficiais, vão acabar di-

minuindo o noticiário normal, "o que poderá prejudicar o povo que quer saber o que realmente ocorre no Congresso Constituinte, inclusive se o plenário está vazio".

Joaquim Mendonça lembrou que as rádios já transmitem uma hora do noticiário de A Voz do Brasil, em que o Legislativo tem bastante tempo, além de 46 minutos do Projeto Minerva: "Se tivermos de abrir mão de mais tempo, os prejuízos serão grandes e sem necessidade, pois os constituintes contam ainda com as emissoras oficiais de televisão e rádio". Ele ressaltou ser possível chegar a uma solução de bom senso até o dia 12, quando todas as emendas serão apreciadas, lembrando que "a Abert nunca deixou de colaborar".

O presidente da Abert esteve com o deputado Ulysses Guimarães e com os líderes do PFL e PDS na Câmara, deputados José Lourenço e Amaral Neto, além do líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, achou o diálogo "proveitoso" e disse que esses contatos vão continuar, centralizados na sede da Abert no Hotel Nacional de Brasília, onde também está atuando o seu superintendente, Antônio Abelim.

A Rede Globo também está usando seu poder de pressão, através do diretor de Brasília, Afrânio Nabuco, que faz contatos com

o governo e os constituintes, de seu gabinete, no 4º andar do Edifício Bradesco.

Concessões
Joaquim Mendonça advertiu que não é o caso de alguns constituintes pedirem o fim do sistema de concessões para as emissoras de rádio e tevê. "Final, elas só existem por problema técnico, para evitar que mais de uma estação ocupe o mesmo espaço, o que geraria o caos; algo assim como as concessões para as rotas aéreas, que impedem que uma companhia só se interesse por determinadas rotas lucrativas, como a ponte Rio-São Paulo, e não pela linha entre Cuiabá e Rio Branco, por exemplo".

Na Rede Globo há preocupação com "aspectos casuísticos" como o caso do senador Luiz Viana, da Bahia, que estaria exigindo uma hora de transmissão gratuita para a Constituinte no horário nobre da televisão, apenas para prejudicar a Globo, que tirou sua programação da TV Aratu, de Salvador, de propriedade de sua família.

O presidente da Abert esteve também com o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, devendo hoje visitar os líderes do PTB, PL, PDT e outros constituintes, devendo retornar a São Paulo na quinta-feira. "Não decido nada sozinho e vou transmitir minhas impressões aos outros diretores da associação", explicou ele.

AS REAÇÕES À PROPOSTA

Se depender do entusiasmo dos líderes dos maiores partidos no Congresso, senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB, e deputado José Lourenço, do PFL, a sugestão de uma cadeia nacional de rádio e televisão para divulgar diariamente os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte não deverá prosperar. Ambos enfatizam a necessidade de entendimentos em torno da questão, já rotulada de polêmica, mas não avançam em nada que sugira a vontade de tornar concreta a sugestão, incorporando-a ao regimento que norteia os trabalhos.

Mas este não parece ser o sentimento predominante entre os constituintes, muitos dos quais enfatizam a conveniência de um tratamento diferenciado na divulgação dos trabalhos, por considerá-lo vital para a compreensão e a participação popular. Contudo, nenhum partido parece querer de verdade um tempo longo no rádio e na televisão, com o receio de cansar o País inteiro, e muito menos programação nos fins de semana. Além disso, há quem defenda o resarcimento parcial ou total das empresas dos custos de produção e do tempo cedido.

Os líderes

O líder Fernando Henrique Cardoso pondera que produzir uma hora diária para tevê "é uma coisa fantástica, não é simples, e corre-se o risco de fazer mal". O senador lembra que A Voz do Brasil não está suspensa e, como 30 minutos são dedicados

à divulgação das atividades do Poder Legislativo, esse tempo poderia simplesmente ser utilizado pela Assembléia. Em relação à tevê, preconiza um melhor aproveitamento das emissoras oficiais, a Radiobrás e as educativas, sintetizando: "A tendência é não fazer nada impositivo, a exemplo dos programas da Justiça eleitoral. Com as emissoras privadas, vamos ver".

A tarde, Fernando Henrique recebeu em seu gabinete o presidente da Abert, Joaquim Mendonça, e ouviu com atenção os argumentos contrários à ideia. Depois do encontro, lembrou que os partidos políticos têm um tempo bastante razoável na tevê, e no rádio três horas diárias para programar seus oficiais.

Já o líder do PFL, José Lourenço, prefere tratar do assunto sem entrar em minúcias: "Acho que deve ser estudado, avaliado e submetido à decisão. Eu mesmo vou estudar. Mas duas horas diárias? Então é melhor deixar o dia inteiro", ironiza.

Propostas

Alheos a tais princípios de orientação das lideranças, alguns constituintes formalizam propostas, como Bete Mendes (PMDB-SP), que defende 30 minutos diários no rádio e na televisão, assim distribuídos: 15 minutos entre 7h30 e 8h para apresentação e análise das discussões da véspera, anúncio dos trabalhos do dia, e participação de dois políticos de partidos diferentes que exporiam seus pontos de vista sobre algum tema da Assembléia,

com dois minutos e meio para cada um, cinco minutos entre as 20h e 21h para as notícias principais do dia. Finalmente, dez minutos entre as 22h e 23h para apresentação das tendências das decisões.

A proposta de Bete Mendes agrada ao líder do PDS, deputado Amaral Neto, que a considera boa para uma discussão. O deputado defende com intransigência o tempo na tevê, e acredita que haverá um acordo. Ele entende também que as emissoras devem ser resarcidas generosamente pela própria Assembléia, considerando que o Poder Executivo não deve intrometer-se na parte financeira da questão, sob pena de querer ou tentar uma supremacia que venha a significar interferência: "Nós mesmos vamos determinar isso", afirma.

O deputado Amaury Muller, vice-líder do PDT, informa que o partido quer 15 minutos diários no rádio e na televisão, de segunda a sexta-feira, e de preferência em três blocos de cinco minutos, pela manhã, à tarde e à noite: "Isso para sintetizar os trabalhos da Constituinte; e rigorosamente impositivos, para não privilegiar ou discriminar ninguém". Um espaço maior, na sua opinião, "levaria à saturação, à monotonia, à apatia, e acabaria por despetificar a imagem da Assembléia".

No PT, conforme o deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP), a ideia é de uma hora diária no horário nobre, embora o partido esteja aberto a negociações. Além

Na opinião do ex-presidente nacional da OAB, a Constituinte é um órgão cuja soberania tem que ser entendida na dimensão do processo de transição por que passa o País. "Ora, se estamos a sair de um regime de excepcionalidade constitucional para um reordenamento constitucional — com a feitura de uma nova Carta Magna — é meu entendimento que qualquer alteração na Constituição que aí está deverá ser iniciada do Congresso Nacional, afirmou Bernardo Cabral.

O ex-presidente da seção do DF da OAB, senador-constituinte Maurício Correa (PDT), defende a negociação. Ele sugeriu ontem ao deputado-constituinte Bernardo Cabral um amplo acordo interpartidário, envolvendo mudanças na Constituição pelo Congresso Nacional. O constituinte pedetista está certo de que haveria amplo apoio das bancadas para revogar a carta vigente, por exemplo, o Estado de Emergência, as medidas de emergência e, para restabelecer as prerrogativas do Poder Legislativo, principalmente a imunidade parlamentar e a inviolabilidade do mandato.

Maurício Correia acredita que nos temas consensuais como os cidadãos não haveria dificuldade na obtenção do quórum qualificado de dois terços da Câmara e dois terços do Senado. "As matérias polêmicas, como Parlamentarismo ou Presidencialismo, duração do mandato presidencial, função das Forças Armadas, entre outras, seriam definidas pela Assembléia Constituinte" — observou o senador-constituinte pelo Distrito Federal.

Já o ex-presidente da seccional da OAB do Rio Grande do Sul, deputado-constituinte Nelson Jobim (PMDB), acredita que a Constituinte tem poderes para exercer o Poder Legislativo ordinário. "A Assembléia Constituinte é poder político que se sobrepõe a todos os poderes constituídos" — disse o constituinte gaúcho.

Nelson Jobim defende, pela Constituinte, a suspensão de dispositivos da atual Constituição, que trata do Estado de Emergência, por exemplo. Sua proposta é a de submeter a decisão presidencial destas salvaguardas à imediata apreciação da Assembléia Constituinte, a fim de não permitir que o local da reunião da Assembléia Constituinte seja passível de medidas de emergência sem sua prévia concordância.

O representante do Rio Grande do Sul acha, ainda, que a Constituinte tem de se manifestar sobre a investidura do atual presidente da República, "porque é este um poder constituído que se fundamenta no sistema constitucional ao qual a Assembléia não está sujeita". A proposta de Jobim confirma José Sarney na presidência, remetendo para a Nova Constituição, em suas disposições transitórias, a duração do seu mandato.

Parlamentares do PMDB, afinados com as facções de esquerda, em conversas informais, já estão criticando lideranças "xitas" e as propostas de Nelson Jobim e de Maurício Correia Lima, "divulgadas sem a preocupação de negociar", interna e externamente (com o Planalto). Acha que o problema se radicalizou e, depois disso, será muito difícil prevalecer a tese de que a Constituinte pode modificar a Constituição vigente, antes da promulgação da nova Carta.

A tática da Marinha: mais diplomacia.

Embora defendendo pontos de vista semelhantes no que se refere à essência da discussão em torno do papel constitucional das Forças Armadas — ou seja, a manutenção dos atuais preceitos quanto à participação militar na defesa interna e externa —, Exército, Marinha e Aeronáutica vêm atuando de maneira distinta nesses trabalhos pré-constituintes.

Assim, enquanto Exército e Aeronáutica continuam pautando sua atuação na defesa da mesma fórmula vigente antes da abertura dos trabalhos constitucionais, a Marinha adotou uma tática inovadora e mais política. No momento atual de definição das proposições dos constituintes quanto ao andamento dos trabalhos da Assembléia e do próprio regimento, as habituais conversas entre o assessor parlamentar da Força Naval e os congressistas vêm se desenrolando acerca de temas mais amenos, como as necessidades e carências da Marinha.

Nessa primeira fase de trabalhos constitucionais, para a Marinha é mais promissor, talvez, revelar aos parlamentares que a força naval brasileira — segunda maior do mundo no início do século passado — é hoje a quinta da América Latina. Desta forma, a Marinha deixa claro que a discussão em torno do papel constitucional das Forças Armadas não é assunto para ser levado para a pauta de preocupações dos parlamentares, pelo menos nesta fase inicial.

Pelo contrário: como força eminentemente voltada para a defesa externa, preocupada com a dependência que o Brasil tem com relação ao oceano, a Marinha mostra-se mais profissional quanto às suas preocupações constitucionais. E, taticamente, deixa a inquietação com o papel constitucional de defesa interna para uma discussão posterior.

Na primeira semana após a instalação da Assembléia o representante da Marinha no Congresso teve oportunidade de conversar com cerca de 80 parlamentares, dos mais diferentes partidos, além de, no domingo, almoçar com o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), cogitado entre seus colegas para vir a ser o relator da comissão da Constituinte.

Em todos esses diálogos a preocupação primeira da Marinha tem sido relatar suas necessidades materiais, mostrando inclusive ao parlamentar, conforme deixou claro o representante do ministro Henrique Sabóia, que é exatamente dotando as Forças de equipamentos modernos e pagando bem seus integrantes que os militares, pelo menos os da força naval, se sentirão mais inclinados a dedicar-se a suas atividades profissionais afastando-se, conseqüentemente, das preocupações políticas.

De qualquer forma, ao término dos trabalhos iniciais e depois "que os legítimos representantes eleitos pelo povo" definirem suas propostas — conforme faz questão de frisar o comandante Refúgio, assessor parlamentar da Marinha — o ministro Henrique Sabóia deverá definir o passo seguinte referente à atuação de seus representantes no Congresso quanto à discussão em torno do tema soberania nacional.

Enquanto isso, e a exemplo do que fazem os assessores do Exército e da Aeronáutica, também a Marinha vai ativando esse canal de comunicação entre o Legislativo e os ministérios — no caso, os militares — de "forma a permitir que os parlamentares melhor conheçam as Forças e decidam soberanamente, sem pressões", conforme deixou claro um dos assessores militares.

O ministro da Justiça e a liberdade de imprensa

"Para dizer o menos, é uma tonteria sujeitar a liberdade de imprensa a endarem jornalistas pelo Plenário da Assembléia, a resfoguearem nas cadeiras alheias." A afirmação é do ministro da Justiça, Paulo Brossard, ao

contestar, incisiva e ironicamente, as críticas feitas à pretendida proibição do acesso de jornalistas ao Plenário durante os debates de Assembléia Nacional Constituinte. De acordo com juristas como Miguel Reale

Júnior e Antônio Evaristo de Moraes Filho, e com o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, a própria legitimidade da Constituinte estará ameaçada se forem impostas

barreiras ao livre trabalho da imprensa. O ministro da Justiça considera que "não existe sequer relação entre liberdade de imprensa e acesso de jornalistas ao Plenário", e lembra que "em nenhum Parlamento do mundo

os jornalistas têm acesso ao plenário das Câmaras e em todos os Paramentos do mundo os jornalistas têm lugares reservados, e eles exercem com absoluta liberdade o seu ofício".

Debate: um programa especial na Rádio Eldorado.

A intenção dos constituintes usarem diariamente o rádio e a televisão, em horários gratuitos, para falarem de seus projetos será analisada sob vários aspectos numa reportagem especial, apresentada pela rádio Eldorado. A matéria irá ao ar num bloco especial, às 8 horas, no "Jornal da Eldorado", amanhã.

Na reportagem que o "Jornal da Eldorado" irá apresentar amanhã, esse projeto será discutido por um especialista em comu-

nicacões, o diretor da Escola de Comunicações e Artes da USP, Marques de Melo, pelo jornalista e deputado Freitas Nobre, pelo diretor da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert), Joaquim Mendonça, e por um representante do Ibope, que possui pesquisas sobre o índice de audiência e sobre o comportamento das pessoas diante de programas de responsabilidade do governo como são os casos da "Voz do Brasil" e do "Projeto Minerva". A rádio

Eldorado acionou também seus correspondentes no Exterior que irão contar em que circunstâncias os políticos e o governo se utilizam de horários específicos para falarem de seus projetos em países como Inglaterra, Estados Unidos, no Leste Europeu e no Oriente Médio.

O programa será encerrado com uma análise do comentarista político da Eldorado, José Márcio Mendonça.

CNBB

A Igreja quer que o povo impeça a pressão do governo

A Comissão de Acompanhamento da Constituinte, criada pela CNBB, presidida pelo bispo de Bauri, dom Cândido Padim, iniciou a divulgação de boletins diários através das rádios e publicações católicas convocando o povo para uma mobilização que impeça "a ingerência do Executivo na Assembléia Nacional Constituinte". Em seus primeiros boletins, a comissão faz um alerta sobre os riscos enfrentados pela

Constituinte: ser atropelada pela discussão conjuntural que é a crise sócio-econômica e também o risco de a Constituinte acabar detonando uma crise institucional.

A comissão, que tem como secretário o assessor da entidade padre Virgílio Uchoa, quer divulgar, através de um noticiário diário dirigido aos católicos, os principais temas em debate na Constituinte, convocando, inclusive, parlamentares para entrevistas num pequeno estúdio que a CNBB utilizou para transmitir os seus boletins. A CNBB garante que não pretende fazer qualquer tipo de lobby junto ao Congresso Constituinte, mas quer manter os católicos informados e mobilizados para que eles participem ativamente da elaboração da Nova Carta.

ros informativos, a comissão chama atenção para a elaboração do regimento interno que orientará os trabalhos da Constituinte e pede aos católicos que interfirmem junto aos senadores e deputados em seus Estados para que eles defendam um regimento que deixe aberta a participação dos diversos segmentos da sociedade nas discussões. A comissão quer que os católicos telegrafem imediatamente para o relator do regimento interno, senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, solicitando a inclusão nesse regimento da proposta encaminhada ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, pelo plenário pró-participação popular, a "iniciativa popular constituinte".

Ao fazer uma análise do comportamento dos parlamentares na primeira semana de funcionamento da Assembléia Constituinte, a comissão afirma que "os deputados e senadores preferiram mergulhar no passado em vez de discutir o futuro" e, ainda, que as deliberações do plenário têm sido difíceis e demoradas em função da disposição do Executivo de interferir nas decisões do Congresso".

CAMISAS FINAS SOB MEDIDA
• Panamá • Cambraia
• Linho • Oxfordine • Voil
— 100% Algodão —
3 PAGTOS. SEM ACRÉSCIMOS
ATENDEMOS NO SEU LOCAL DE TRABALHO F.: 37-7439

DETECTIVE NORBERT KOCH
Desde 1952 Invest. e Grav. Sigilosa
1055 English Spoken Phone.
258 9632

Video-Phone
284-8665
Fitas a Domicílio
Para toda a cidade de SP
Pedidos: 2ª a dom. até 19hs.

CLÍNICA DE OLHOS PROF. B. DE PAULA SANTOS
CRM 4.368
Operações e tratamentos em especial de estrabismo.
Técnica de ortóptica. Consulta com hora marcada.
Rua Marquês de Itú, 58. Telefone 255 0001